ISSN 2447-9357

AS LUTAS PELA DIFUSÃO DA ESCOLA PÚBLICA NO BRASIL E O REPASSE DA ADMINISTRAÇÃO DAS ESCOLAS EM GOIÁS

Amanda Beatriz Silva de Godoi [1]

1 Graduanda do 4º período do curso de História do Campus Anápolis de CSEH/UEG. E-mail: amandhabtriz@gmail.com

Veralúcia Pinheiro [2]

2 Doutora em Educação e Docente da Universidade Estadual de Goiás. E-mail: veraluciapinheiro217@gmail.com

Resumo:

As lutas pela difusão e consequente expansão da escola pública no Brasil, historicamente envolveram indivíduos e grupos de diferentes concepções políticas e, consequentemente de diferentes propostas para o enfrentamento da questão educacional. No atual contexto, a partir do discurso da "qualidade" o governo do Estado de Goiás propõe transferir a gestão das escolas públicas para empresas privadas, reproduzindo dessa forma, argumentos que estiveram presente nas discussões sobre a difusão da educação elementar na Primeira Republica.

Palavras-chave:

LUTA; EDUCAÇÃO; ADMINISTRAÇÃO; REFORMA; MILITAR.

Introdução

As primeiras décadas do século XX no Brasil exerceram imensuráveis influencias sob os rumos que a educação no país viria a tomar. No decorrer dos anos 1920 é atribuído à educação todos os problemas do país e se inicia uma intensa campanha contra o analfabetismo, neste momento aparecerem os primeiros profissionais da educação. (PAIVA, 2003).

Na década de 1910 a luta pela alfabetização é movida pelo interesse do grupo industrial-urbano em ampliar o número de votantes. Para Paiva (2003, p.105) "A restrição ao voto do analfabeto, incorporada pela Constituição de 1891, tornava necessária a difusão da instrução popular para que a composição do bloco do poder pudesse ser alterada". No entanto, o interesse pela alfabetização não incluía anseios por uma educação emancipadora e libertadora. "Era preciso educar o povo sem formar descontentes que pudessem construir uma ameaça ao progresso e á harmonia social; os ideais de recomposição do poder politico não

ISSN 2447-9357

incluíam, nesse período, "ameaças á estrutura social''."(PAIVA,2003,p.103) Com base nessas informações é possível afirmar que a educação na primeira década do século XX foi marcada pelo proposito alfabetizante do grupo industrial-urbano para com as massas.

O aparecimento da radiodifusão como instrumento educacional é fruto das preocupações da década de 1920 com a educação popular, além disso, é neste momento que se inicia discussões entre renovadores e profissionais conservadores ligados a Igreja sobre o problema educacional do país que resulta na pressão pela criação de escolas paroquias. O movimento entusiasmo pela educação que se iniciou com a Primeira guerra vai contra o modo tradicional de educar e cobra educação para a população majoritariamente pobre da nação, mas não consegue sobreviver á esta década. Neste momento a difusão imediata da educação é defendia pelo grupo industrial, como ferramenta política, além disso, existe a formação das ligas.

> È neste ambiente que se formam as "Ligas"" que – segundo Carone- são uma tentativa da burguesia industrial de utilizar os militares, alijados do poder com o fim do florianismo e tradicionalmente favoráveis á industrialização, na luta pela hegemonia politica. À frente desse movimento da " burguesia militarizada", que tenta fazer desaparecer a linha limítrofe entre militares e civis através do cumprimento do serviço militar obrigatório, encontra-se Olavo Bilac, cujos ideais elitistas mostram claramente seus compromissos com a ideologia burguesa; a população do país deveria ser integrada através da instrução militar, nacionalista, mas a direção do pais deveria caber aos "verdadeiros homens". O povo, incapaz, seria pela instrução a fonte de votos para esta burguesia chegar ao poder. A Liga da Defesa Nacional, fundada em 1915, representa esta posição, na qual o nacionalismo industrialista se alia á luta contra o anarquismo, contras os comícios e as greves "provocadas por elementos estrangeiros". Além disso, o serviço militar obrigatório passa a ser visto como um meio de incorporar os filhos de imigrantes á vida cívica brasileira; ao lado dele, a nacionalização do ensino e sua difusão completariam a tarefa. Esta necessidade de difundir e nacionalizar o ensino é ressaltada pelo elevado numero de analfabetos e pela alta porcentagem de teuto-brasileiros que não sabiam falar português entre os sorteados para o serviço militar. De pouco antes datavam as Escolas Regimentais: reivindica-se a sua multiplicação. (PAIVA,2003, p.103)

Após o afastamento da politica sobre as questões educacionais, a década de 1920 se encerra com debates dos profissionais da educação, preocupados com os altos índices de semianalfabetos produzidos para suprirem a necessidade dos blocos políticos de massa votante, e o debate se volta para a qualidade do ensino.

A educação nos anos de 1930 foi pensada e disseminada em caráter técnico-profissional, para suprir a necessidade dos mercados industriais e comercias de mão de obra qualificada. Além disso, a construção de escolas ocorreu especialmente no campo em detrimento das cidades, portanto, o número de alunos no campo era menor enquanto nas cidades era maior. Desse modo, essa década e parte da próxima foram marcadas pelas

ISSN 2447-9357

transformações politicas do fim do Estado Novo e da Era Vargas. Como afirma Paiva (2003, p.123).

> Tal como ocorreu na vida politica, o período de 1930 a 1945 apresenta, em matéria educacional, fases bastante diferenciadas; refletem-se na esfera educativa as transformações do regime politico. No primeiro momento revolucionário, ao assumir o governo provisório, Vargas incluía em seu programa de "reconstrução nacional" a "difusão intensiva do ensino público, principalmente técnico-profissional, estabelecendo para isso um sistema de estímulos e colaboração direta com os Estados.

As questões educacionais das primeiras décadas do século XX não foram superadas, segundo o IBGE em 2014 a taxa de analfabetismo entre os brasileiros com 15 anos ou mais foi de 8,3% e a taxa de analfabetismo funcional foi de 17,6 %. Após a revolução de 1930 aumentaram as reivindicações por medidas que fossem favoráveis a democratização do ensino, pela construção de escolas que oferecessem um ensino nacional, público, leigo e gratuito e para com a responsabilidade da União sobre este tópico.

È importante ressaltar que a atual (contra) reforma da educação do estado de Goiás não garante os interesses da classe pobre, ao invés disso usa de verbas governamentais e taxas "voluntarias" para oferecer á classe média padrão de ensino particular e garante a exclusão das classes mais baixas destas escolas. Segundo Freitas (2014,p.52) "A pobreza vai sendo confinada nas escolas públicas, a classe média vai sendo retirada para escolas administradas por concessão ou por meio de *vouchers* e os mais ricos continuam em suas escolas próprias, privadas de alto nível."

Os Colégios da Polícia Militar cobram taxas "voluntarias" mensalmente que variam de unidade e série, e correspondem á um valor entre R$50 e R$80, no entanto se ocorrer a negligencia das taxas elas se acumulam e o aluno não pode retirar o diploma ou se matricular no ano seguinte sem a quitação destas, além disso, há um grande gasto com uniforme padrão do colégio que é composto por seis vestimentas, uma destas á bata para gestantes. Fica, desse modo, evidente que o colégio não cumpre os pressupostos de escola pública voltada para o atendimento de todos.

Essa nova tendência de ensino em Goiás não busca pela educação emancipadora e libertadora como um bem público como os educadores anseiam, ao invés disso a educação é para eles mais um instrumento de controle do mercado, que visa altas notas nos exames e um aumento de formandos para o mercado capitalista com dinheiro público. Essas distintas formas de pensar o sentindo da educação gera conflitos, como afirma Freitas:

ISSN 2447-9357

> O conflito que aparece entre educadores profissionais e os empresários diz respeito ao que se entende por uma boa educação: para os empresários é saber ler, escrever, contar e algumas competências mais que estão sendo esperadas na porta da fábrica, medidas em um teste padronizado. Se as notas aumentam, então houve melhoria. Se há mais formandos, houve melhoria. Para os educadores, isso é apenas uma pequena parte da tarefa. Nota alta não é sinônimo de boa educação$_5$. (FREITAS,2014,p.50)

Os problemas da educação no Brasil não são recentes, e podem ser identificados desde os pilares da História da educação no país, no entanto o atual projeto de repasse da administração das escolas públicas em Goiás para empresas e polícia militar não irá suprir as necessidades básicas do ensino e pode ocasionar em diferentes problemas de distintas proporções. Para Freitas (2014, p.57) " As consequências estão claras na literatura internacional, a pressa dos empresários em resolver seus problemas de rentabilidade poderá nos levar a uma década perdida na educação brasileira."

Metodologia

Pesquisa bibliográfica para apreender os movimentos que engajaram as reinvindicações pela difusão da escola pública nas primeiras décadas do século XX e analise de trabalhos que estudam as questões da administração militar e de organizações sociais nas escolas de Goiás.

Conclusão

A atual (contra) reforma na educação do Estado de Goiás vai contra o legado de educação pública, leiga e gratuita que começou a ser construída nos últimos anos da República velha , e consequentemente representa um retrocesso para a Historia da educação do país e do estado.

Referências

FREITAS, Luiz Carlos. OS EMPRESÁRIOS E A POLÍTICA EDUCACIONAL: COMO O PROCLAMADO DIREITO À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE É NEGADO NA PRÁTICA PELOS REFORMADORES EMPRESARIAIS. Disponível em : http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/12594 Acessado: 29/07/2016 ás 13:42 horas.

PAIVA, Vanilda. Historia da Educação popular no Brasil. 6ª ed, São Paulo, Loyola,2003.